

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Anual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series; (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 26/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscer o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

ORDER

25/5/62-Cus.

In exercise of the powers vested on me under paragraph 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, read with Decree-law No. 28 778 of 22-6-1938, I hereby order that:

- 1 — entry no. 67 in Table III appended to the «Instruções Preliminares das Pautas» shall be deleted and
- 2 — in entry no. 74 of the aforesaid Table, the words and figures «e os oferecidos às missões e estabelecimentos referidos no artigo 140.º da Constituição, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 2048, de 11 de Junho de 1951, assim como» and «nos termos do artigo 4.º do Decreto n.º 36 459, de 6 de Agosto de 1947, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 8.º do Decreto n.º 38 154, de 19 de Janeiro de 1951» shall be deleted.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 19th August, 1962.

ORDER

25/6/62-Cus.

In exercise of the powers conferred on me under Clause 4 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, I hereby delegate to the Customs Adviser the powers exercised by me to grant the exemptions detailed in Tables III and III F annexed to the «Instruções Preliminares das Pautas».

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 19th August, 1962.

(Tradução)

GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Portaria

25/5/62-Cus.

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», conjugado com o Decreto-Lei n.º 28 778, de 22 de Junho de 1938, determino o seguinte:

- 1 — É eliminada a rubrica n.º 67 do quadro III anexo às Instruções Preliminares das Pautas.
- 2 — São eliminadas as seguintes palavras e números contidos na rubrica n.º 74 do referido quadro «e os oferecidos às missões e estabelecimentos referidos no artigo 140.º da Constituição, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 2048, de 11 de Junho de 1951, assim como» e ... «nos termos do artigo 4.º do Decreto n.º 36 459, de 6 de Agosto de 1947 com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 8.º do Decreto n.º 38 154, de 19 de Janeiro de 1951».

O GOVERNADOR-TENENTE,

T. Sivasankar

Pangim, 19 de Agosto de 1962.

Portaria

25/6/62-Cus.

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 4 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», são por esta delegados ao Conselheiro Aduaneiro (Customs Adviser) os poderes que me são conferidos para conceder as isenções indicadas nos quadros III e III F, anexos às Instruções Preliminares das Pautas.

O GOVERNADOR-TENENTE,

T. Sivasankar

Pangim, 19 de Agosto de 1962.

ORDER

GAD/74/62/12364

In exercise of the powers conferred upon me by section 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, I hereby make the following order:

Art. 40 of the «Regulamento das Mazanias das Devalaias do Estado da India» approved by Legislative Diploma no. 645 of the 30th March, 1933 and amended by the Legislative Diploma no. 1898 dated the 29th May, 1959, is amended and shall read as follows:

«A mesa administrativa será composta de um presidente, um tesoureiro, um procurador e um escrivão, sendo todos eles eleitos por escrutínio secreto pela mazania de 3 em 3 anos nos termos prescritos neste regulamento, no 2.º Domingo do mês de Fevereiro para o triénio dos seguintes anos económicos».

Provided that the election of the aforesaid administrative committee for the period of 3 financial years, beginning on the 1st April 1962, shall be made within 20 days from the publication of this order in the Government Gazette or within such time as the Government may by an order, determine for that purpose.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 27th August, 1962.

ORDER

20/2/62-Cus.

In exercise of the powers vested on me under paragraph 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, read with Decree Law No. 28 778 of 22-6-1938, and notwithstanding anything contained in any Law for the time being in force in this Territory, I hereby make the following Order:

2. In the Table appended to Order number 20/2/62 — Cus. dated 24-8-62 the following entry shall be inserted in the appropriate place:

Serial N.º (1)	Description of goods (2)	Enhanced rate of tax (3)
-------------------	-----------------------------	-----------------------------

27A Smokers requisites:

Pipes 70.4% ad valorem

3. This amendment shall come into force from the date of its issue.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 29th August, 1962.

ORDER

Sanction is hereby accorded to the Rules of the Saint Stephen's «Casa do Povo» with its head-office at Santo Estevam, which have fifty one numbers, and are signed by the Director of Civil Administration Services.

By order and in the name of the Lieutenant-Governor of Goa, Daman and Diu.

B. K. Sanyal
Chief Secretary

Panjim, 28th August, 1962.

Portaria

GAD/74/62/12364

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», determino o seguinte:

É alterado o artigo 40.º do Regulamento das Mazanias das Devalaias do Estado da India, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 645, de 30 de Março de 1933 e alterado pelo Diploma Legislativo n.º 1898, de 29 de Maio de 1959, o qual passará a ter a seguinte redacção, devendo a eleição da dita mesa administrativa, para o período de 3 anos económicos, a começar de 1 de Abril de 1962, ter lugar no prazo de 20 dias contados da data da publicação desta portaria no *Boletim Oficial*, ou dentro do prazo que o Governo, mediante portaria, venha a estabelecer para o efeito:

«A mesa administrativa será composta de um presidente, um tesoureiro, um procurador e um escrivão, sendo todos eles eleitos por escrutínio secreto pela mazania de 3 em 3 anos nos termos prescritos neste regulamento, no 2.º Domingo do mês de Fevereiro para o triénio dos seguintes anos económicos».

O GOVERNADOR-TENENTE,

T. Sivasankar

Pangim, 27 de Agosto, 1962.

Portaria

20/2/62-Cus.

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», conjugado com o Decreto-Lei n.º 28 778, de 22 de Junho de 1938, e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

2. Na tabela anexa à portaria n.º 20/2/62 — Cus. de 24 de Agosto de 1962, deverá ser incluída, na devida altura, a seguinte rubrica:

N.º de série (1)	Designação das mercadorias (2)	Taxas revistas (3)
---------------------	-----------------------------------	-----------------------

27A Artigos para fumadores:

Cachimbos 70.4% ad valorem

3. Esta alteração entra em vigor a partir desta data.

O GOVERNADOR-TENENTE,

T. Sivasankar

Pangim, 29 de Agosto de 1962.

Portaria

São aprovados os Estatutos da «Casa do Povo» de Santo Estêvão, com sede em Santo Estêvão, que tem cinquenta e um artigos e baixam assinados pelo director dos Serviços de Administração Civil.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

B. K. Sanyal
Secretário-Chefe

Pangim, 28 de Agosto de 1962.

Constitution of Saint Stephen's «Casa do Povo»

I — General

Article 1. St. Stephen's «Casa do Povo» is a welfare organization having for its aim the cultural and educational uplift of the people residing in the villages of St. Stephen and Acaro, or of persons originally belonging to those villages.

Art. 2. It shall be administered by the General Committee, an Executive Committee and a Fiscal Committee.

Art. 3. Its specific aims are:

a) To promote and raise the standards of education and culture, in all its aspects, and to instruct its members and their families in proper methods of hygiene, either through special educational and cultural programmes, or through co-operation with proper authorities in matters pertaining to these aims.

b) To give opportunity to its members and their families to utilise their leisure so as to create mutual understanding and harmony.

c) To help its members defend their moral, economic and social interests.

d) To render assistance to its members in case of disability, unemployment or old age.

e) To help effect any local improvements of common interest, either co-operating with State initiative or local bodies, specially when such measures help to relieve unemployment.

II — Members

Art. 4. There shall be three classes of members:

- a) Ordinary members.
- b) Life members.
- c) Honorary members.

i) Ordinary members are those who reside within the jurisdiction of «Casa do Povo» and who are prepared to work voluntarily for the ideals of the «Casa do Povo».

ii) Life members are those who contribute a sum of Rs. 100/- and are in agreement with the aims of the «Casa do Povo».

iii) Honorary members are those who are elected by the General Committee either for their pre-eminence in intellectual or social work and have won the admiration of the «Casa do Povo».

III — Members fees

Art. 5. Ordinary members shall pay a fee of 50 n. p. per month. Fees should be paid within the 1st week of the month.

Art. 6. A defaulting member shall be intimated to pay his dues within a fortnight of the date the fees are due, and not until he has paid his dues will be allowed to exercise his rights as a member.

IV — Rights and duties

Art. 7. An Ordinary and a Life member have the following privileges:

- a) To take part in the General Assembly.
- b) To elect and be elected as one of the office-bearers.
- c) To propose measures to the General Committee pertinent to the interests of the «Casa do Povo».
- d) To ask for a general meeting of the assembly within its aims and regulations.
- e) To protest against any decisions of the Executive Committee.

Estatutos da Casa do Povo de Santo Estêvão

I — Organização e fins

Artigo 1.º A Casa do Povo de Santo Estêvão é uma associação de bem-estar tendo por fim o aperfeiçoamento de cultura e educação das pessoas residentes nas aldeias de Santo Estêvão e Acaró ou delas oriundas.

Art. 2.º A Casa do Povo será administrada pela Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal.

Art. 3.º São seus fins específicos:

a) Promover e elevar o nível da instrução e cultura em todos os aspectos e instruir os sócios e suas famílias em apropriados métodos de higiene quer por meio de sessões culturais e educativas quer cooperando com as autoridades em tudo quanto visa essa finalidade.

b) Criar condições para o melhor aproveitamento do tempo livre dos seus sócios e respectivas famílias por forma a estabelecer entre eles a concórdia e harmonia.

c) Auxiliar os seus associados na defesa dos seus interesses morais, económicos e sociais.

d) Prestar assistência aos seus sócios nos casos de incapacidade, desemprego e velhice.

e) Contribuir para a realização de quaisquer melhoramentos locais de interesse comum cooperando com as iniciativas do Estado ou autarquias locais, especialmente quando por essa forma se possa combater o desemprego.

II — Sócios

Art. 4.º São três as categorias de sócios:

- a) Ordinários.
- b) Vitalícios.
- c) Honorários.

i) São sócios ordinários, os que residindo na área da Casa do Povo, se dispõem a trabalhar voluntariamente pelos ideais da Casa do Povo.

ii) São sócios vitalícios os que contribuem com a soma de rupias cem (Rps. 100/-) e estão de acordo com os fins da Casa do Povo.

iii) São sócios honorários os que forem eleitos pela Assembleia Geral atendendo aos seus dotes intelectuais ou trabalhos sociais e tenham conquistado a admiração da Casa do Povo.

III — Quotas

Art. 5.º Os sócios ordinários pagarão a quota mensal de 50 n. p. por mês. A quota deverá ser paga na primeira semana de cada mês.

Art. 6.º Sempre que um sócio estiver em dívida de quotas será avisado para efectuar o pagamento no prazo de quinze dias sob pena de, não o fazendo, não poder exercer os seus direitos como sócio.

IV — Direitos e deveres

Art. 7.º Os sócios ordinários e vitalícios gozam dos seguintes direitos:

- a) Tomar parte na Assembleia Geral.
- b) Eleger e ser eleito para os cargos gerentes.
- c) Fazer propostas a Assembleia Geral sobre os assuntos do interesse da Casa do Povo.
- d) Requerer a convocação da Assembleia Geral de acordo com os fins e regulamentos.
- e) Recorrer das decisões da Direcção.

Art. 8. Members are expected:

- a) To work for the good name and advancement of the «Casa do Povo».
- b) To pay their fees regularly.
- c) To work zealously and in an honorary capacity when elected as office-bearers.
- d) To attend regularly the meetings of the General Committee.

V — Penalties

Art. 9. Infringements of the rules may incur any one of the penalties (i) Reprimand, (ii) Suspension and (iii) Dismissal.

Art. 10. The penalties applied shall be properly recorded.

Art. 11. A member shall be reprimanded for light offences or such that do not bring discredit to the «Casa do Povo».

Art. 12. A member incurs suspension when he commits a serious offence that is likely to bring discredit or to damage the reputation of the «Casa do Povo». It deprives the member and his dependents from the privileges.

Art. 13. Suspension does not exempt a member from his fees. A member who has already incurred suspension thrice is found again guilty of a fault that may draw on him the penalty of suspension incurs dismissal.

Art. 14. Suspension is especially indicated when:

- a) A member disobeys the decisions of the General Committee or any valid decision of the Executive Committee.
- b) A member refuses to carry out his duties as an office-bearer, in case his resignation is not accepted, under the terms of para unique.
- c) A member disrespects any other member or even an employee of the «Casa do Povo».
- d) A member is found guilty of disorderly conduct.
- e) A member tries to bring the «Casa do Povo» into discredit.

Para unique. A member will be relieved of his duties as an office-bearer.

1. When he has served as an office-bearer or in some other capacity for a period of 2 years, or he has served as a substitute of an office-bearer for one continuous or interpolated year.

2. Due to physical inability.

3. When he is prevented, due to other reasons, from discharging the said duties.

4. When his age exceeds 60 years.

Art. 15. A member will incur the penalty of expulsion when he is found guilty of serious damage to the «Casa do Povo» or has behaved dishonestly.

Art. 16. The General Committee, under the direction of the executive, shall be responsible for the application of the penalties.

a) The offending member has the right to defend himself before the General Committee when accused.

VI — Administration

Art. 17. The office-bearers of the «Casa do Povo» shall hold office for 2 years.

The General Committee.

a) The General Committee consists of all the members who enjoy fully their statutory privileges.

Art. 18. It is of the competence of the General Committee to:

- a) Elect the office-bearers.
- b) Examine and approve the accounts.

Art. 8.º Aos sócios incumbe:

- a) Concorrer para o bom nome e desenvolvimento da Casa do Povo.
- b) Pagar pontualmente as suas quotas.
- c) Exercer com zelo e gratuitamente as funções dos cargos para que foram eleitos.
- d) Comparecer regularmente as reuniões da Assembleia Geral.

V — Penalidades

Art. 9.º A infracção dos deveres dos sócios constitui falta punível por:

- i) Repreensão; ii) Suspensão e iii) Expulsão.

Art. 10.º As penas aplicadas serão registadas.

Art. 11.º A pena de repreensão será aplicada por faltas leves cu que não tenham trazido descrédito para Casa do Povo.

Art. 12.º A pena de suspensão é aplicável às faltas que tragam prejuízo ou descrédito para a Casa do Povo; exclui os membros e seus dependentes de usufruir os privilégios.

Art. 13.º A suspensão não isenta o pagamento das quotas. Ao sócio, que tendo sido condenado por três vezes na pena de suspensão, cometer nova falta punível com suspensão será aplicada a pena de demissão.

Art. 14.º A pena de suspensão é especialmente aplicável aos sócios que:

- a) Não cumprirem as resoluções da Assembleia Geral ou as resoluções da Direcção, tomadas de acordo com os estatutos.
- b) Recusarem desempenhar os cargos para que tenham sido eleitos, se não forem escusados dos cargos, nos termos do § único.
- c) Desrespeitarem qualquer outro membro ou empregado da Casa do Povo no exercício das suas funções.
- d) Atentarem contra a boa ordem e harmonia.
- e) Tentarem desacreditar a Casa do Povo.

§ único. São motivos de escusa para o exercício dos cargos dos corpos gerentes:

- 1.º Ter servido durante 2 anos o mesmo ou outro cargo como efectivo, ou um ano seguido ou interpolado como substituto.
- 2.º A impossibilidade física.
- 3.º A inabilidade relativa para o cargo.
- 4.º Idade superior a 60 anos.

Art. 15.º A pena de expulsão será aplicada para as faltas que tragam prejuízos graves para a Casa do Povo ou afectem a honestidade.

Art. 16.º A aplicação das penas é da competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção.

a) O sócio castigado tem o direito de defender-se perante a Assembleia Geral quando acusado.

VI — Administração

Art. 17.º A duração dos mandatos dos membros dos corpos gerentes da Casa do Povo é de dois anos. Assembleia geral.

a) A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos estatutários.

Art. 18.º Compete a Assembleia Geral:

- a) Eleger os membros dos corpos gerentes.
- b) Examinar e aprovar as contas.

c) Move amendments to the Constitution.

d) Pass all resolutions moved by the Executive or members.

Art. 19. The General Committee shall meet once a year, during the last week of February, to approve the annual accounts, and every three years, during the last week of November to elect the office-bearers.

a) An extraordinary meeting of the General Committee may however be held at the request of the Executive or if twenty members so desire.

Art. 20. A meeting of the General Committee shall be announced at least ten days in advance by notices posted on the notice-board of the «Casa do Povo», and by means of a proclamation at the village, at least 24 hours in advance of the date when the meeting is to be held. The date, time and place of the meeting, and the subject that is to be discussed, shall always be indicated, in the said notices.

VII — Office-bearers

Art. 21. The «Casa do Povo» shall be administered by an Executive Committee consisting of a President, a General Secretary, a Treasurer and five other members.

a) The Executive Committee has the right to co-opt additional members.

(A) The President (Rights and duties).

Art. 22. He shall convocate the meetings of the General Committee and direct all its activities.

Art. 23. The President shall preside at all the meetings of the Executive Committee and also the General Committee.

Para unique. During the absence or inability of the President, his substitute, who shall have been elected for the purpose, will preside at the meetings referred to in this article and, during his absence, the senior most member and, likewise, the eldest member.

Art. 24. The President shall sign the minute-book of the General Committee and the Executive Committee.

(B) The Secretary.

Art. 25. The Secretary shall write and keep the minute-book and conduct all the meetings both of the General Committee and the Executive Committee.

Art. 26. The Secretary shall keep all the correspondence regarding both the General Committee and the Executive Committee.

(C) The Treasurer.

Art. 27. The Treasurer shall keep an accurate record of all the accounts of the «Casa do Povo», and present them annually at the ordinary General meeting of the «Casa do Povo».

Art. 28. The General Committee shall appoint an internal auditor to examine the annual accounts and an external auditor to examine the accounts of the outgoing Committee.

VIII — Elections

Art. 28. The General Committee shall appoint an secret ballot.

Art. 30. After all the votes have been cast and counted, those obtaining the highest votes shall be considered as elected.

a) In case of equality of votes, the senior outgoing Committee.

IX — Social activities

Art. 31. There shall be a Fund of Social Security, exclusively meant for medical assistance and financial help in case of sickness and disability.

c) Votar as alterações a introduzir nos estatutos.

d) Deliberar sobre as propostas da Direcção ou membros.

Art. 19.º A Assembleia Geral reunir-se-á uma vez durante o ano, na última semana de Fevereiro, para aprovar as contas anuais e trienalmente durante a última semana de Novembro para eleger os corpos gerentes.

a) A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente a pedido da Direcção ou pelo menos de vinte (20) sócios.

Art. 20.º A convocação da Assembleia Geral será feita por aviso afixado no quadro de avisos da Casa do Povo durante os dez dias que antecederem a data designada e com um pregão pela freguesia pelo menos vinte e quatro horas antes do início da sessão, mencionando-se sempre no aviso, o dia, a hora e o local da reunião e o assunto a tratar.

VII — Corpos gerentes

Art. 21.º A Casa do Povo será administrada por uma Direcção constituída por um presidente, um secretário-geral, um tesoureiro e cinco vogais.

a) A Direcção tem a faculdade de agregar para si membros adjuntos.

(A) O presidente (Direitos e obrigações).

Art. 22.º Ao presidente compete presidir as reuniões da Assembleia Geral e dirigir todos os seus trabalhos.

Art. 23.º Ao presidente compete presidir as reuniões da Direcção e Assembleia Geral.

§ único. Na falta ou impedimento do presidente presidirá às reuniões mencionadas no corpo deste artigo o seu substituto que tiver sido eleito e na falta deste o sócio mais antigo e, em igualdade de circunstâncias, o sócio mais velho.

Art. 24.º Ao presidente compete assinar os livros da acta da Assembleia Geral e Direcção.

(B) O secretário.

Art. 25.º Ao secretário compete fazer a escrituração e conservar o livro de actas e dirigir as reuniões tanto da Assembleia Geral como da Direcção.

Art. 26.º Ao secretário compete conservar o arquivo referente tanto da Assembleia Geral como da Direcção.

(C) O tesoureiro.

Art. 27.º Compete ao tesoureiro conservar o arquivo das contas da Casa do Povo e submeter as contas anualmente a sessão ordinária da Assembleia Geral.

Art. 28.º A Assembleia Geral nomeará um auditor interno para examinar as contas anuais e um auditor externo para examinar as contas da Gerência cessante.

VIII — Eleições

Art. 29.º As eleições para os corpos gerentes realizar-se-ão por escrutínio secreto.

Art. 30.º Finda a votação e feita a contagem das listas serão considerados eleitos os sócios mais votados.

a) No caso de igualdade de votos será preferido o sócio mais antigo ou o mais idoso.

IX — Actividades sociais

Art. 31.º Haverá um «Fund of Social Security» destinado exclusivamente para assistência médica e auxílio financeiro no caso de doença e invalidez.

Art. 32. The Fund shall be administered by the Executive Committee. Its source of income will consist of donations or subsidies to the «Casa do Povo», specifically made for the purpose and half of the net income of the «Casa do Povo».

Art. 33. The rules and regulations of the Fund of Social Security shall be drawn up by the Executive Committee and approved by the General Committee.

Beneficiaries.

Art. 34. All the members of the «Casa do Povo», as also the poor of the locality may avail of the Fund of Social Security.

a) Persons depending on members may also avail of the benefits of the Fund.

b) Assistance shall be rendered to the most deserving cases.

c) Defaulting members may not claim any privileges of the Fund.

X — Medical assistance

Art. 35. All the beneficiaries of the Fund may claim, in case of sickness, medical and pharmaceutical assistance.

a) Confinement is here considered as sickness.

b) Medical assistance will include minor surgical cases and medical calls when patients are unable to attend the clinic.

Art. 36. The «Casa do Povo» may indicate one or several medical practitioners when the beneficiaries may consult at their choice.

Medical Subsidy.

Art. 37. Medical subsidy may be given to members when they are temporarily unable to work due to causes other than chronic illness, provided they are in need of it.

Art. 38. The subsidy shall be paid from the third day of the illness, after a medical check-up, and calculated on the basis of his current salary. It shall not be more than 40 per cent of his salary during the first 30 days of the sickness, and not more than 30 per cent during the remaining days.

a) No beneficiary may claim subsidy for more than 60 days in a year. In exceptional cases it may be extended to 90 days in the year.

Art. 39. Medical subsidies not received by a beneficiary during the course of the year, starting from the last day of his salary, will revert to the Fund.

XI — Education

Art. 40. Education imparted in the schools and other courses organized by the «Casa do Povo» has as its primary aim the formation and improvement of agricultural and other techniques.

Art. 41. The «Casa do Povo» should have a library of selected books and arrange for cultural and recreational programmes.

Art. 42. The cinema may be used as an instrument of popular culture.

a) Admission to the film-shows will be on a nominal charge.

Educational films, however, will be shown free of charge.

Art. 43. The «Casa do Povo» should also arrange physical culture and sports' meetings.

XII — Other activities

Art. 44. The «Casa do Povo» should arrange for loans to be advanced to members to enable them to learn new agricultural methods or develop small scale

Art. 32.º O Fundo será administrado pela Direcção. As suas receitas serão provenientes de donativos ou subsídios a Casa do Povo e de metade das receitas líquidas da Casa do Povo.

Art. 33.º O regulamento do «Fund of Social Security» será elaborado pela Direcção e aprovado pela Assembleia Geral.

Beneficiários.

Art. 34.º Todos os sócios da Casa do Povo como também os pobres da localidade podem desfrutar do «Fund of Social Security».

a) Pessoas dependentes dos sócios podem também gozar dos benefícios deste Fundo.

b) A assistência será prestada aos mais necessitados.

c) Os sócios suspensos não têm direito ao benefício do fundo.

X — Assistência médica

Art. 35.º Os beneficiários do Fundo tem direito no caso de doença, a assistência médica e farmacêutica.

a) O parto é considerado como doença.

b) A assistência médica inclui pequena cirurgia e visitas médicas quando os doentes não se acham em condições de apresentar-se no consultório médico.

Art. 36.º Poderá a Casa do Povo designar um médico ou mais entre os quais é lícito aos doentes optar.

Subsídio por doença.

Art. 37.º O subsídio por doença será concedido aos sócios incapacitados temporariamente para o trabalho por causa diferente da doença crónica, desde que dele necessitem.

Art. 38.º O subsídio será pago a partir do terceiro dia da doença, verificada pelo médico e calculado com base no salário corrente; não pode exceder a 40 por cento do seu salário nos primeiros trinta dias da doença e a 30 por cento nos restantes.

a) O beneficiário não tem direito a mais de sessenta dias de subsídio em cada ano; em casos excepcionais pode ser concedido pelo máximo de noventa dias.

Art. 39.º Os subsídios por doença não recebidos pelo beneficiário no prazo de um ano a contar do último dia do seu vencimento, reverterem para o fundo.

XI — Educação

Art. 40.º A instrução ministrada nas escolas e cursos organizados pela Casa do Povo tem como objectivo fundamental a formação e o aperfeiçoamento da técnica agrícola ou outra.

Art. 41.º A Casa do Povo deverá ter uma biblioteca de livros seleccionados e realizar sessões culturais e recreativas.

Art. 42.º O cinema poderá ser usado como instrumento de cultura popular.

a) A admissão para o espectáculo será a preço reduzido. Filmes de carácter educativo, porém, serão apresentados gratuitamente.

Art. 43.º A Casa do Povo deverá também promover o desenvolvimento da cultura física e desportos.

XII — Outras actividades

Art. 44.º A Casa do Povo poderá conceder empréstimos aos sócios para a exploração agrícola ou desenvolver pequenas indústrias, nos termos das direc-

industries according to the directives of the Executive Committee and approved by the General Committee.

XIII — Funds

Art. 45. The financial year of the «Casa do Povo» corresponds to the civil-year.

Art. 46. The various sources of income of the «Casa do Povo» are:

- a) Membership fees.
- b) Government subsidies, donations, legacies, gifts and interests arising therefrom.
- c) Incomes from the shows organized by «Casa do Povo» and so forth.

XIV — General

Art. 47. The «Casa do Povo» may acquire, on rent or free, houses that are strictly necessary for the exercise of its social and other activities. It may also rent out its property or loan it free to local and other authorities for utility projects.

Art. 48. The «Casa do Povo» may also rent out its hall, on a sum decided upon the Executive Committee, to public or private functions.

- a) For members it will be rent out on a reduced rate.

Art. 49. In case of dissolution the property of the «Casa do Povo» will be made over to the «Comunidade of Jua».

Art. 50. Any amendment of the Constitution shall be deemed valid only after it has obtained an absolute majority of votes and has been approved by the Civil Secretariat.

Art. 51. The Executive Committee should put into effect these rules within 30 days of their approval by the Government.

Directorate of Civil Administration Services, at Goa, 25th August, 1962. — The Director, *Sripada Ananta Sinai Narcornim*.

trizes da Direcção, aprovadas pela Assembleia Geral.

XIII — Fundos

Art. 45.º O exercício anual da Casa do Povo corresponde ao ano civil.

Art. 46.º Constituem receitas da Casa do Povo:

- a) Quota dos Sócios.
- b) Subsídio do Governo, donativos, legados, ofertas e juros.
- c) Receita de espectáculos cinematográficos organizados pela Casa do Povo e outras.

XIV — Gerais

Art. 47.º A Casa do Povo poderá adquirir, a título oneroso ou gratuito, prédios urbanos estritamente necessários para a realização dos fins sociais e outras actividades. Também pode, a título oneroso e gratuito, ceder as suas dependências para autoridades locais ou outras para projectos de utilidade.

Art. 48.º A Casa do Povo poderá ceder o seu salão para funções públicas ou particulares mediante o pagamento de uma taxa a fixar pela Direcção.

- a) Para os sócios a taxa será reduzida.

Art. 49.º No caso de dissolução os bens da Casa do Povo serão incorporados nos da Comunidade de Jua.

Art. 50.º As alterações a introduzir nos estatutos serão consideradas válidas quando houver uma maioria absoluta de votos e terem sido aprovadas pelo Secretariado Civil.

Art. 51.º A Direcção deverá pôr em execução estes estatutos no prazo máximo de trinta dias após a aprovação pelo Governo.

Direcção dos Serviços de Administração Civil, em Goa, 25 de Agosto de 1962. — O Director, *Sripada Ananta Sinai Narcornim*.